

**TC 002.694/2018-2**

**Interessados e matrículas:**

Victor Lahiri Hart (7692-9)

Rafael Lopes Torres (3147-0)

**Assunto:** Reunião de colaboração entre as Presidências dos Objetivos Estratégicos da INTOSAI (Goal Chairs) na Cidade do Cabo, África do Sul, no período de 21 a 22 de fevereiro de 2018.

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**

### **INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de relatório circunstanciado referente à reunião anual (desde 2015) entre os líderes de comitês da Intosai (PSC, CBC, KSC), na qual o TCU participa desde que se tornou o líder do PSC. Os principais assuntos tratados em 2018: Fórum da Intosai para o (FIPP), estratégias de financiamento das atividades de competência compartilhada entre os três comitês, principais projetos e iniciativas conjuntas, Memorando de Entendimento abrangendo as principais metas dos líderes de comitês.

### **RELATO**

#### **Plano de Desenvolvimento Estratégico (SDP) e FIPP**

2. Esses foram os temas que ocuparam a maior parte da reunião, tendo sido realizada também uma videoconferência com o Vice-Presidente do FIPP e a assistente da Presidente do FIPP.

3. Em relação ao atual SDP (2017-2019), as Presidências do PSC e do KSC apresentaram o status dos projetos pelos quais são responsáveis. Destacou-se que há diversos deles em que a probabilidade é grande de não serem concluídos a tempo de serem aprovados no próximo INCOSAI em 2019.

4. Destacamos que ao longo do ano ter-se-á um panorama mais seguro de quais projetos não serão concluídos e que isso deve ser adequadamente comunicado nos relatórios pertinentes, com o detalhamento das razões para que isso tenha ocorrido. Lembramos que esse é o primeiro ciclo de trabalho dentro da nova estrutura e do processo para a elaboração de normas profissionais, sendo esperado que ocorram dificuldades no desenvolvimento de alguns desses projetos. Os demais participantes concordaram com esse ponto.

5. A respeito do próximo SDP, destacamos que o processo para sua elaboração já deve ser iniciado, de forma que se tenha o tempo necessário para a construção de um plano robusto, que reflita as necessidades da comunidade e que seja por ela bem aceito, evitando diversos dos problemas que ocorreram no atual SDP.

6. Destacamos que é preciso o estabelecimento de uma visão clara do que se pretende do próximo SDP, bem como os critérios que serão utilizados para a avaliação das propostas que serão apresentadas. É importante que se tenha tempo adequado para que os diversos atores relevantes reflitam sobre as necessidades e possam apresentar suas sugestões. Ressaltou-se que é preciso ter mecanismos para que se obtenha uma percepção dos usuários

---

das normas na ponta, não só das estruturas formais da INTOSAI (grupos de trabalho e subcomitês).

7. Destacamos também a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre a demanda por novas normas e a oferta em termos de recursos para atender essa demanda.

8. Houve consenso de que os projetos incluídos no atual SDP como prioridade 3 (a maioria que não deve ser sequer iniciado até o ano que vem) não devem automaticamente entrar no próximo SDP. Eles devem ser avaliados junto com as novas sugestões que serão apresentadas, devendo ser priorizados no próximo SDP os mais relevantes.

9. Ressaltamos a necessidade de no próximo plano haver uma definição mais clara do escopo de cada um dos projetos, evitando o que aconteceu no atual SDP em que isso não ocorreu em alguns dos projetos, o que atrasou o seu início, além de ter gerado divergências em relação ao real intento de alguns deles.

10. O Tribunal de Contas Europeu, que está participando do grupo encarregado de fazer a revisão da ISSAI 200, destacou alguns pontos constatados no trabalho desenvolvido e que podem ter impacto no marco normativo e gerar a necessidade de uma eventual revisão da estrutura das normas que se enquadravam no nível 3 do antigo marco das ISSAI. Os Goal Chairs irão apresentar alguns comentários relacionados a esse tema.

11. A Presidência do FIPP encaminhou no dia 20 de fevereiro, um dia antes da reunião, um rascunho do que seria o processo de elaboração do SDP (conforme o “Devido Processo” esse processo deve ser aprovado pelo PSC-SC, com base em proposta elaborada pelo FIPP). Durante a reunião foram acordadas que serão indicadas ao FIPP algumas mudanças na proposta original (essas mudanças já foram discutidas na videoconferência e serão formalizadas por escrito). As principais são:

- os Goal Chairs terão um papel mais ativo na condução do processo, dando efetivamente o direcionamento estratégico à construção do SDP, liberando o FIPP para se dedicar à parte técnica relativa aos projetos. Isso se refletirá em diversas etapas do processo. Ressaltamos na reunião que os Goal Chairs precisam estar cientes que isso representará um aumento de trabalho para os secretariados dos comitês.

- o FIPP havia sugerido que logo no início do processo fossem definidos temas dentro do qual as propostas apresentadas deveriam se enquadrar (exceções teriam que ser muito bem justificadas). Os Goal Chairs entenderam que o mais adequado, mais do que fechar determinados temas logo no início do processo, é construir claramente uma visão do que pretende para o próximo SDP e estabelecer quais serão os critérios para o exame das propostas apresentadas.

12. Mencionamos que, tal como ocorreu no ano passado, este ano será necessário fazer a seleção de novos membros para o FIPP. Há 4 membros encerrando o seu mandato este ano. É preciso saber se eles têm interesse na renovação. Houve consenso de que o interesse do membro em renovar não deve ser suficiente, é preciso que haja interesse da instituição – só devem renovados termos para membros que efetivamente contribuam. Para isso, deve ser ouvido o Chair do FIPP e em última instância a decisão para renovação ou não é dos Goal Chairs.

13. Apontamos também a necessidade de se deixar ainda mais claro, no processo seletivo, que a EFS suportará os custos relativo às participações nas reuniões, para tentar evitar o que aconteceu com o membro do Butão, cuja EFS, após ele ser selecionado, parece não dispor de recursos para a participação dele na reunião presencial que ocorrerá em março. Foi aprovado calendário com as etapas para o processo de seleção.

---

14. Com a aposentadoria do Presidente do FIPP em setembro próximo, também será necessário fazer um processo para seleção do novo presidente. O “Devido Processo” fala que o atual presidente pode fazer uma sugestão e que a escolha é feita pelos 3 Goal Chairs (sem necessidade de aprovação do Comitê Diretivo da INTOSAI). Houve consenso que os critérios devem ser:

- ser membro do FIPP
- ter habilidades gerenciais
- dedicar um número X de horas ao trabalho do FIPP e prover suporte administrativo para os trabalhos

15. A Presidente do FIPP não poderá participar da próxima reunião e houve consulta sobre a possibilidade de sua assistente técnica participar. Houve consenso de que é pertinente sua participação, em razão de ela em alguma medida também fazer algumas tarefas de secretariado do FIPP. Ela atuará na reunião dando apoio ao Vice-Presidente do FIPP, não representando a Presidente ausente.

16. Discutiu-se a partir daí a respeito da possibilidade ou não, em geral, dos assistentes técnicos participarem das reuniões quando da ausência dos membros. A Presidência do PSC manifestou-se contrária a essa possibilidade, dado o caráter pessoal da seleção dos membros. A abertura para a participação de assistentes substituindo os membros desnaturaria esse aspecto, abrindo-se a possibilidade de isso se tornar uma rotina. Ressaltamos que hoje, na prática, quando os membros não podem ir à reunião, os assistentes não participam, apesar de a essa regra não estar escrita explicitamente. Não se chegou a um consenso quanto a esse ponto, levantou-se a possibilidade de os assistentes poderem participar da reunião, mas sem direito a voto, mas em princípio a maioria entendeu que não se deveria abrir essa possibilidade (com exceção do caso da ausência do Presidente, pelos motivos expostos acima).

17. A partir dessa situação e diante da constatação de que já há a identificação de alguns outros pontos que mereceriam a revisão dos termos de referência do FIPP (como número de membros), decidiu-se constituir um grupo para sugerir eventuais mudanças nesses termos de referência. Nesse trabalho, será importante ouvir o Presidente do FIPP. A Presidência do PSC liderará esse trabalho. Johanna do CBC participará e o KSC deverá indicar um representante também.

18. Informamos aos demais participantes a respeito de alguns aspectos que vêm atrapalhando o bom funcionamento do FIPP, como a ausência de procedimentos claros para a tomada de decisão dentro do FIPP, o que pode inclusive levar a um questionamento das decisões tomadas. Além disso, o FIPP não tem publicado suas decisões, seus documentos, o que prejudica a transparência de seu trabalho. Considerando que o PSC-SC é o órgão responsável pela governança do FIPP, mencionamos que pretendemos discutir esse tema na reunião do PSC-SC em maio próximo. Os representantes das Presidências dos demais comitês, que são membros do PSC-SC, entendem que devem exercer um papel ativo em relação a essa questão. Decidiu-se, então, que o mesmo grupo encarregado de tratar da revisão dos termos de referência também trabalhará nesse tema.

19. Discutiram-se algumas questões em relação ao FIPP trazidas por membros do Comitê Diretivo da INTOSAI:

20. Quanto à sugestão de que haja um aumento do número de membros do FIPP, nossa opinião é que não se tem condições hoje de afirmar que isso melhoraria o trabalho do FIPP. Ele está ainda em uma fase inicial de organização e estruturação. Na condição de observadores no FIPP não há a percepção que os membros do FIPP no geral tenham uma

---

sobrecarga de trabalho. Houve então consenso de que, pelo menos neste momento, não é caso de se pensar em aumentar o número de membros.

21. Em relação à sugestão de se possibilitar a presença de observadores no FIPP, considerando essa fase inicial de organização e estruturação, entendeu-se que não seria o caso pelo menos nesse momento. Como vantagem, aumentar-se-ia a transparência da atuação do FIPP, mas também existiria a possibilidade de esse instrumento ser utilizado para o exercício de uma pressão indevida no trabalho do FIPP.

22. Sobre a questão da “technical support function” (TSF), que alguns mencionaram como necessária ao trabalho do FIPP, ressaltamos que a implementação da TSF, tal como está no plano estratégico da INTOSAI, é para a função de elaboração de normas, não necessariamente para o FIPP exclusivamente. Lembramos que havíamos submetido um documento ao PSC-SC no ano passado avançando na discussão sobre a implementação da TSF, mas diante das discussões e da certa controvérsia que houve na reunião, o PSC-SC decidiu levar a discussão para o Comitê Diretivo da INTOSAI. Diante do suporte da grande maioria dos membros deste último comitê, a Presidência do PSC está retomando as discussões e levará uma proposta concreta sobre a TSF na reunião de maio próximo.

23. No dia 5/2, a Presidente do FIPP encaminhou carta aos Goal Chairs tratando de alguns pontos. Na videoconferência esses pontos foram discutidos e, em resumo, a posição dos Goal Chairs externada ao FIPP foi:

- o reconhecimento pelo ótimo trabalho realizado e que os Goal Chairs suportam o trabalho do FIPP e pretendem inclusive melhorar esse suporte;

- ao longo do ano passado os Goal Chairs, em especial o PSC e o KSC, tiveram várias iniciativas no sentido de comunicar aos seus subcomitês e grupos de trabalho acerca do novo processo de elaboração de normas, dos novos papéis e responsabilidades, mas reconhecem que mais pode ser feito e se comprometem a atuar nessa direção. Isso possibilitará que o FIPP se concentre no seu negócio principal, que é zelar pela qualidade e consistência das normas;

- os atuais projetos de prioridade 3 no SDP não devem automaticamente entrar no novo SDP;

- sobre a TSF, colocada na carta do FIPP como se fosse para o FIPP e englobando suporte de secretariado, a Presidência do PSC levará uma proposta a esse respeito para o PSCSC, mas em princípio entende que essa TSF deve estar voltada a questões de natureza técnica e não de secretariado. Qualquer órgão da INTOSAI tem a necessidade de secretariado e o Presidente do órgão provê esse suporte. No FIPP em princípio o mesmo deveria acontecer. Solicitou-se do FIPP que especificasse o que efetivamente ele necessita, estimasse a quantidade de tempo que isso representaria, para que se pudesse pensar em soluções para proporcionar esse tipo de apoio, mas que isso não seria feito pelos secretariados dos comitês. Mencionou-se que o maior engajamento dos Goal Chairs em atividades relativas ao SDP e de comunicação, reduzirá a carga do FIPP e permitirá que ele se concentre em seu negócio central.

### **Engajamento com as regiões**

24. Comentou-se acerca da decisão tomada no final do ano passado de se estender a reunião que o IDI fazia anualmente com as regiões para ser uma plataforma única de integração das regiões com a INTOSAI. A primeira reunião nesse formato acontecerá em junho em Oslo e foram discutidos possíveis temas para essa reunião. Foram apontados os seguintes assuntos:

---

- implementação de normas profissionais;
- novo SDP
- “Community Portal” (ver maiores informações em item específico a seguir)
- asseguarção de qualidade de produtos fora do marco normativo (ver maiores informações em item específico a seguir)

#### **Melhor comunicação com as EFS e os auditores da ponta**

25. Na reunião anterior dos Goal Chairs surgiu o tema de que os diversos sites que se têm hoje são muito voltados para a cooperação internacional em si e não em disponibilizar de forma fácil os produtos que se têm disponível para auxiliar o trabalho do auditor na ponta que, na maioria das vezes, não está envolvido na cooperação e nem conhece como ela funciona.
26. O KSC está reformulando o seu denominado “Community Portal” para que ele possa desempenhar efetivamente esse papel. Foram discutidos diversos aspectos para permitir que isso de fato aconteça. O KSC informou que pretendia já ter algo pronto em abril, mas não sabe se isso será possível em razão da questão dos fundos da INTOSAI que seriam usados para isso não terem sido disponibilizados.
27. Mencionou-se que a Secretaria-Geral está reformulando o site da INTOSAI, mas que não temos informações a respeito, nem estamos sendo envolvidos no processo. Contato será feito com a Secretaria-Geral nesse sentido.

#### **Memorandos de Entendimento com IFAC e IIA**

28. Diante da expiração desses instrumentos, a Presidência do PSC está trabalhando para sua renovação. O MoU com o IIA já era bastante simples e permanecerá muito semelhante. Em relação ao acordo com o IFAC o seu texto foi reformulado e simplificado. O ponto de contato no IFAC informou que está fazendo consultas internas e deverá responder em breve. O CBC ressaltou que têm tido dificuldades nos contatos com o IFAC, que alega que o MoU é assinado apenas pelo PSC. Ressaltou a necessidade de constar claramente no MoU que ele se destina a atender necessidades da INTOSAI de uma forma geral e que o PSC atua no MoU apenas como representante da INTOSAI.

#### **Asseguarção de qualidade de produtos fora do marco normativo**

29. Como aprovado pelo Comitê Diretivo da INTOSAI em novembro, os produtos elaborados pelos distintos grupos da INTOSAI e que não sejam normas profissionais deverão explicitar os processos de controle de qualidade a que foram submetidos. O KSC apresentou alguns modelos a serem utilizados para esse fim. Algumas alterações foram propostas e assim que concluídos essas informações serão passadas aos diversos grupos.

#### **Utilização dos “fundos de reserva” da INTOSAI**

30. A INTOSAI possui cerca de 1 milhão de euros acumulados ao longo dos anos. A Secretaria-Geral tomou a iniciativa de procurar os comitês para ver como utilizar parte desses recursos em atividades relevantes para a comunidade.
31. Na reunião do PFAC em setembro do ano passado, determinou-se aos comitês que apresentassem propostas para a utilização desses recursos para deliberação do Comitê Diretivo da INTOSAI em novembro. Naquela mesma reunião aprovou-se uma modificação das regras financeiras da INTOSAI para permitir o uso desses recursos.
32. Os comitês prepararam suas propostas e encaminharam ao Comitê Diretivo. No entanto essa deliberação não foi tomada – o PFAC disse que precisava de algum tempo para

---

analisar os projetos. Também se levantou dúvidas sobre a possibilidade “jurídica” do uso desses recursos de tal forma.

33. No final de dezembro de 2017, a Secretaria-Geral enviou aos membros do Comitê Diretivo proposta de nova alteração das regras financeiras propondo, dentre outras coisas, a exclusão daquela cláusula recém aprovada das regras financeiras, que permitia o uso dos fundos de reserva. Ela solicitava a aprovação por escrito dessas alterações em poucos dias. A justificativa usada foi que havia o entendimento de alguns atores de que o uso dos fundos de reserva teria que ser objeto de tratamento nos estatutos da INTOSAI.

34. Houve forte reação dos Goal Chairs em relação a esse procedimento. Por um lado por não ter sido submetido ao PFAC, segundo pela falta de transparência e por ser um empecilho ao financiamento de atividades que contribuem para o atingimento dos objetivos da organização.

35. Não está claro o estágio em que esse processo se encontra e os Goal Chairs concordaram em solicitar uma reunião do PFAC para analisar essa matéria, o quanto antes.

---

---

## ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

### **Remodelação da forma como a INTOSAI está estruturada**

36. A discussão sobre a construção do novo SDP e a identificação de alguns dos problemas que dificultam o atingimento dos objetivos levou a que se iniciasse uma discussão mais ampla sobre a forma como a INTOSAI está estruturada, que acaba criando algumas dessas dificuldades.

37. A partir dessa discussão elaborou-se uma primeira ideia do que pode vir a ser essa nova estruturação da INTOSAI. Os princípios norteadores são os seguintes:

- foco nos objetivos e não nas estruturas; - reconhecimento das conexões estreitas entre os três objetivos fundamentais da INTOSAI (normas, desenvolvimento de capacidades e compartilhamento do conhecimento)

- os atuais Goal Chairs passariam a ser denominados “Goal Leaders”, passando a trabalhar em um único órgão (inicialmente denominado PILAR Professional Integrated Leadership and Resources);

- os atuais subcomitês e grupos de trabalho passariam a constituir “centros de excelência temáticos” e ficariam vinculados ao PILAR de uma forma geral, não a Goal Leaders individualmente. Isso forneceria mais flexibilidade na alocação de recursos para projetos de interesse da instituição

38. A discussão ainda foi bastante preliminar, mas os preceitos fundamentais foram lançados. A ideia é que essa discussão seja aprofundada e amadurecida no âmbito dos Goal Chairs. Depois avaliar-se-á como levar essa discussão adiante no âmbito da INTOSAI.

SERINT, em 25 de abril de 2018.

Victor Lahiri Hart  
AUGC – Mat. 7692-9

Rafael Lopes Torres  
AUGC – Mat. 3147-0  
(Assinado eletronicamente)